

Editora CONJUR

Flávia Costa
Edição
Cristina Mestrovski
Aline de C. M. Maia
Carla Alberta R. de Castro
Carla Lutz Pascho
Diana Araújo Campos
Edna Lúcia Falcão
Fátima Hassan Choua
Isabela Coutinho
Jéssica Gonçalves C. Junior

Revisão
Cristina Mestrovski
Aline de C. M. Maia
Carla Alberta R. de Castro
Carla Lutz Pascho
Diana Araújo Campos
Edna Lúcia Falcão
Fátima Hassan Choua
Isabela Coutinho
Jéssica Gonçalves C. Junior

Assistente Editorial
Formatação Computador
Capa e Diagramação
Fábio H. Bencini

Legitimidade Ativa no Direito Processual Coletivo

Sua Ampliação como Canal de Participação Popular

Flávia Vila Felipe de Oliveira
Legitimidade Ativa no Direito Processual Coletivo: Sua ampliação como canal de participação popular / Flávia Vila Felipe de Oliveira. – Florianópolis: Conceito Editorial, 2014.
178p.

1. Legitimidade Ativa. 2. Processo Coletivo. 3. Cidadania. 4. Estado. I. Conceito Editorial. II. Vila Felipe de Oliveira, Flávia.

ISBN - 978-85-921-382-7

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo. A violação dos direitos autorais é punível como crime previsto no Código Penal e na Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610, de 1998).
© Copyright 2014 impresso no Brasil / Printed in Brazil



Rua Higienópolis, 100 - 3ª Andar
Conceito Editorial - CEP: 88024-110
Florianópolis - Fone: (48) 3304-1300
conceitoeditorial.com.br
conceitoeditorial.com.br

Florianópolis - 2014

Editora CONCEITO EDITORIAL

Presidente Salézio Costa	Conselho Editorial André Maia Adriana Mildart Aline de C. M. Maia Liberato Carlos Alberto P. de Castro Cesar Luiz Pasold Diego Araujo Campos Edson Luiz Barbosa Fauzi Hassan Choukr Jacinto Coutinho Jerson Gonçalves C. Junior João Batista Lazzari Jonas Machado Ramos	José Antônio Peres Gediel José Antônio Savaris Lenio Luiz Streck Marcelo Alkmim Martonio Mont'Alverne B. Lima Michel Mascarenhas Renata Elaine Silva Samantha Ribeiro Meyer Pflug Sérgio Ricardo F. de Aquino Theodoro Vicente Agostinho Vicente Barreto Vladmir Oliveira da Silveira Wagner Balera
Editores Orides Mezzaroba Valdemar P. da Luz		
Assistente Editorial Rosimari Ouriques		
Capa e Diagramação Paulo H. Benczik		

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Cristina G. de Amorim CRB-14/898

N935I

Nova Vila, Felipe d'Oliveira

Legitimidade Ativa no Direito Processual Coletivo: Sua ampliação como canal de participação popular / Felipe d'Oliveira Vila Nova - Florianópolis: Conceito Editorial, 2014.

278p.

ISBN 978-85-7874-343-7

1. Legitimidade Ativa 2. Processo Coletivo 3. Cidadania 4. Estado Democrático de Direito. Título

CDU – 340

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo.
A violação dos direitos autorais é punível como crime, previsto no Código Penal e na Lei de direitos autorais (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

© Copyright 2014 Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Rua Hipólito Gregório Pereira, 700 – 3º Andar
Canasvieiras – Florianópolis/SC – CEP: 88054-210

Editorial: Fone (48) 3205-1300 – editorial@conceitojur.com.br

Comercial: Fone (48) 3240-1300 – comercial@conceitojur.com.br

www.conceitojur.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO..... 11

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES GERAIS E ELEMENTARES 21

1.1. O que se entende por Direito Processual Coletivo? 21

1.1.1. Determinando a sua natureza jurídica..... 26

1.2. Apontamentos Históricos do Direito Processual Coletivo 29

1.2.1. A evolução do Direito Processual Coletivo no Brasil..... 34

1.3. Fundamentos Constitucionais do Direito Processual Coletivo 41

1.4. Princípios Norteadores do Direito Processual Coletivo 46

CAPÍTULO 2

O DIREITO PROCESSUAL COLETIVO ANALISADO SOB A ÓTICA DA TEORIA
GERAL DO DIREITO E DO PROCESSO 61

2.1. Análise do Direito Processual Coletivo à Luz da Instrumentalidade e
Efetividade do Processo 61

2.1.1. O aspecto positivo da instrumentalidade e sua relação com o Direito
Processual Coletivo..... 65

2.2. O Microsistema Protetivo Formado pelo Código de Defesa do
Consumidor e a Lei da Ação Civil Pública e a Aplicação Subsidiária do Código
de Processo Civil..... 70

2.3. Nascimento de uma Nova Classificação do Direito Positivo 74

2.3.1. Direitos ou interesses difusos..... 81

2.3.2. Direitos ou interesses coletivos *stricto sensu* 85

2.3.3. Direitos ou interesses individuais homogêneos..... 91

2.4. A Tutela Inibitória no Direito Processual Coletivo (Cumprimento de Obrigação Específica).....	93
--	----

CAPÍTULO 3

LEGITIMIDADE E COISA JULGADA NO DIREITO PROCESSUAL COLETIVO:

ASPECTOS PROCESSUAIS PECULIARES	103
3.1. Atual Sistema de Aferição da Legitimidade Ativa no Direito Processual Coletivo	103
3.1.1. Legitimidade ativa na ação civil pública.....	107
3.1.2. Legitimidade ativa na ação popular	111
3.1.3. Legitimidade ativa no mandado de segurança coletivo	112
3.1.4. Natureza jurídica da legitimidade no processo coletivo	118
3.2. O Regime da Coisa Julgada nas Ações Coletivas.....	122
3.2.1. Existem terceiros não partes no processo coletivo?	136
3.3. Legitimidade Nas Ações Coletivas no Direito Comparado.....	143
3.3.1. Legitimidade das ações coletivas na Itália.....	145
3.3.2. Legitimidade das ações coletivas nos Estados Unidos da América (class action).....	149
3.4. Propostas Atuais de Ampliação do Rol de Legitimados Ativos no Direito Processual Coletivo	161
3.4.1. Controle adequado da representação individual: necessidade de critérios objetivos e exemplificativos para se aferir a legitimidade individual.....	164
3.4.2. Influência da class action norte-americana e o problema da adequada representação (as críticas de Antonio Gidi)	169
3.4.3. Argumentos favoráveis à ampliação do rol dos legitimados individuais ativos no Direito Processual Coletivo	173

CAPÍTULO 4

AMPLIAÇÃO DA LEGITIMIDADE ATIVA NO DIREITO PROCESSUAL COLETIVO NUMA SOCIEDADE PLURALISTA

4.1. Pluralismo Contemporâneo e Sua Relação com o Direito Processual Coletivo Numa Sociedade Aberta de Intérpretes.....	177
4.1.1. Caracterização do pluralismo nas sociedades contemporâneas	178
4.1.2. Acerca da hermenêutica constitucional	179
4.1.2.1. Constitucionalismo comunitário no Brasil	194

4.1.3. Direito Processual Coletivo como instrumento da soberania popular	201
4.2. Participação como Superdireito à Consecução de uma Sociedade Aberta.....	211
4.2.1. Participação como o direito dos direitos na obra de Jeremy Waldron e sua direta relação com a legitimidade ativa no Direito Processual Coletivo.....	221
4.2.2. Ação popular como instrumento maior de legitimação do indivíduo	227
4.3. Ampliação do Rol dos Legitimados Ativos como Fator Propulsor à Sedimentação do Estado Democrático de Direito	232
4.3.1. Incremento da cidadania pela outorga da legitimação ativa ao cidadão para mover as ações coletivas	255

CONCLUSÕES	263
-------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	269
---	------------